

TRT-PR-32505-2009-011-09-00-4-ACO-46194-2011 - 2A. TURMA

Relator: ANA CAROLINA ZAINA

Publicado no DEJT em 18-11-2011

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Ação relativa tanto ao período contratual quanto ao pré-contratual. **LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Ação Civil Pública. Tutela de direitos trabalhistas de empregadas e candidatas à vaga de emprego. Danos genéricos. Interesse Coletivo. **DANO MORAL COLETIVO.** Prática de atos ofensivos à honra, à intimidade e à dignidade das trabalhadoras. A prova testemunhal foi uníssona quanto à ocorrência dos fatos descritos na petição inicial, o que, aliado à farta documentação, trazida aos autos, torna inequívoco o assédio moral e sexual perpetrado pelo réu contra número significativo de mulheres, empregadas domésticas ou candidatas à vaga de emprego, durante largo lapso temporal, além da prática de atos abusivos de retenção de documentos e objetos pessoais, falta de pagamento de salários e exigência de exames médicos não relacionados com a função a ser exercida pelas vítimas. **MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO.** Cabimento. Elevada condição econômica do réu. Indiscutível gravidade e repercussão da lesão. Repetição dos atos ilícitos ao longo do tempo. Alto grau de reprovação da conduta do ofensor. Tendo em vista os referidos parâmetros e também os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a função sancionatória e pedagógica (caráter diretivo do Direito), cabível a majoração da indenização para R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).